

DO ESTADO DE RUDEZA AO MUNDO DA CULTURA NA
INTEPRETAÇÃO KANTIANA DA HISTÓRIA

FROM THE STATE OF ROUGHNESS TO THE WORLD OF CULTURE
IN THE KANTIAN INTERPRETATION OF HISTORY

*Luciano da Silva*¹

Recebido: 05/2018

Aprovado: 06/2018

Resumo: Este artigo analisa alguns aspectos da noção de progresso a partir dos escritos de Kant que datam do período entre 1784 e 1786. Está dividido em três pontos. No primeiro, enfoca a passagem do estado de rudeza para a cultura ou natureza artificial, por meio de normatizações estabelecidas na história, necessárias para o progresso moral da humanidade. No segundo, temos a busca de regularidade na história humana, via a astúcia da natureza e de constante progresso da espécie. E, no terceiro, temos a noção de progresso, relacionado aos avanços jurídicos e morais, indicando como finalidade da natureza o homem e a emancipação humana. Apresentando assim uma interpretação da história kantiana.

Palavras-chave: Filosofia da História. Kant. Estado. Cultura. Emancipação.

Abstract: This article analyzes some aspects of the notion of progress from the writings of Kant dating from the period between 1784 and 1786. It is divided into three points. In the first, it focuses on the transition from roughness to artificial culture or nature, through established norms in history, necessary for the moral progress of mankind. In the second, we have the search for regularity in human history, via the cunning of nature and the constant progress of the species. And, in the third, we have the notion of progress, related to legal and moral advances, indicating man's purpose and human emancipation as the purpose of nature. Thus presenting an interpretation of Kantian history.

Keywords: Philosophy of History. Kant. State. Culture. Emancipation.

Introdução

Os problemas do mundo contemporâneo² desafiam as interpretações que apontam um sentido para a história humana. As terríveis experiências históricas do século XX levam a crer que a época das filosofias da história progressistas tenha definitivamente passado (ADORNO; HORKHEIMER, 1985) e se estabelecido uma descrença nas grandes narrativas da história (LYOTARD, 2002). A Filosofia da História, como uma visão do mundo, é uma interpretação

¹ Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande – PB.

² Perigo e proliferação de guerras, a fome e a miséria crescentes, os problemas de ordem da crise ecológica promovidos pela sociedade industrial e sua racionalidade técnico-científica, o problema do reconhecimento dos direitos das minorias e das relações internacionais.

que pode evidenciar os aspectos mais obscuros dos fatos com vista a descobrir a lógica dos acontecimentos para poder, razoavelmente, apontar as soluções possíveis racionalmente. A Filosofia da História é uma filosofia do mundo da vida na modernidade. É a filosofia do destino do homem que se fundamenta por meio da teoria da liberdade, enquanto sua finalidade, e mediante a teoria do mundo histórico, como mediação progressiva desta finalidade (MARQUARD, 2007).

Encontrar um sentido da história é uma tarefa da Filosofia da História que tem no Iluminismo um de seus pontos altos e em Kant um ponto importante dessa interpretação que reflete a necessidade de desenvolver uma história da razão que expresse o real sentido da história das ideias. Uma preocupação que não se inicia com Kant, mas que o antecede, pelo menos, até Voltaire (2007) e que inaugura o glorioso período das filosofias da história que vai de Herder a Kant³ e de Hegel até Marx.

Nesse contexto, o pensamento de Kant sobre a história não é providencialista-determinista, mas “possibilista”, porque coloca uma tarefa não somente para os Estados e seus indivíduos, mas para toda a “humanidade”. Este é o ponto forte e, ao mesmo tempo, fraco do projeto kantiano, porque é muito ambicioso e, pretensiosamente, apresenta a possibilidade de uma progressiva maturidade dos indivíduos e dos Estados para alcançar a maioridade (KANT, 1992a[4]) e tomar as rédeas do seu destino, influenciando assim, o curso da história em direção à ideia reguladora da paz perpétua (KANT, 1992a[4]) como condição para a comunidade ética (KANT, 1992b). O caráter emancipador dessa filosofia da história se desenvolve por meio do que Kant considera como astúcia da natureza.

Nesse sentido, o presente texto pretende discorrer sobre o tema da astúcia da natureza como uma hipótese fundamental para o que Kant considera como progresso moral da humanidade. Nossa intuição central é que Kant realiza uma *domestic analogy*, isto é, assim como os Estados, por meio de seus indivíduos, experimentaram um notável progresso quando estabeleceram o estado civil, é preciso que, em âmbito internacional, estabeleçam uma federação de estados (KANT, 1992a[4]). A noção de progresso que Kant desenvolve tem um caráter emancipatório e se refere a uma conjectura.

O rompimento com o estado de rudeza

³ A preocupação de Kant com a História começa antes mesmo da construção de seu pensamento crítico, que tem seu apogeu nos anos oitenta, e continua nos anos noventa do século XVIII, abordando os mais variados temas. e se estende até perto de sua morte (DE QUINCEY, 1989).

Kant aborda o tema *jusnaturalista* da evolução do homem, desde seu estado de rudeza, com a pretensão de mostrar como à natureza humana é incorporada uma natureza artificial que pode ser chamada de cultura, resultado de um constante processo de normatização dos conflitos entre os homens e que se realiza à medida que se aproximam de uma sociedade civil global. Essa evolução pode ser interpretada como aperfeiçoamento do estado de convivência em sociedade, que precisa ser recriado constantemente para acompanhar as mudanças culturais e científicas de cada época e, nesse sentido, a reflexão kantiana sobre a história descreve as etapas da evolução humana que são necessárias para o progresso moral da humanidade (LACROIX, 1989). O aprimoramento da cultura pôs o homem acima dos outros animais.

No texto *Início conjectural da história humana* (2009)⁴, Kant narra a história desta segunda natureza através de uma conjectura apoiada numa análise do Livro do Gênesis, das Sagradas Escrituras e levanta a hipótese de que o constante desenvolvimento do homem, da rudeza à cultura, é obra da “natureza”. Não se trata de um determinismo histórico, mas de uma astúcia da natureza, necessária à preservação da espécie humana. Kant interpreta essa particularidade da história como “Uma história do primeiro desenvolvimento da liberdade a partir de sua disposição originária na natureza do homem [...], algo completamente distinto da história da liberdade em seu desdobramento, a qual pode fundar-se apenas sobre informações” (KANT, 2009, p. 157).

Trata-se de uma análise racional da história humana que objetiva descobrir até que ponto a interpretação filosófica da história está em consonância com a história relatada nesse primeiro livro das Sagradas Escrituras. Dessa forma, no relato do texto bíblico, Kant compreende como proposital a existência de apenas um casal, no início da história humana, para evitar qualquer conflito e que o seu habitat seja um lugar seguro e privilegiado desde o clima até os meios de sobrevivência como comida e água. Ao tempo que demonstra domínio de suas habilidades motoras, sendo possível andar erguido, é incitado por suas paixões na busca do desconhecido (KANT, 2009). A hipótese de Kant, nesse sentido, é de que aquele primeiro casal foi dotado de tais habilidades motoras não para que se acomodasse, mas para que por meio delas pudesse desenvolver a “[...] moral em seu fazer e deixar de fazer, o qual pressupõe necessariamente aquelas habilidades” (KANT, 2009, p. 158).

A evolução que o homem contemporâneo apresenta em relação aquele casal descrito nas Sagradas Escrituras é, no entender de Kant, tão somente cultural, porque a natureza humana

⁴ No original: *Muthmaßlicher Anfang der Menschengeschichte* (1786).

de ambos permanece a mesma. A atividade da razão foi decisiva para que aquele primeiro casal pudesse dar os primeiros passos além do domínio dos instintos, rumo ao progresso indefinido da espécie humana, principalmente para estabelecer um modo de vida diferente dos outros animais:

O motivo para se abandonar os impulsos naturais poderia ter sido apenas uma trivialidade. Mas o êxito dessa primeira tentativa, a saber, a tomada de consciência da razão [112] como uma faculdade de poder ultrapassar as barreiras em que todos os animais estão encerrados foi muito importante e decisiva para o modo de vida do homem. [...] O prejuízo pode ter sido tão insignificante quanto se queira, mas abriu os olhos do homem (v. 7). Ele descobriu uma faculdade de escolher por si mesmo um modo de vida, diferentemente dos outros animais que se encontram amarrados a um único (KANT, 2009, p. 159).

Para além da infinidade de possibilidades de escolhas que a razão pode trazer àquele modo de vida preso aos instintos, como mostra a citação acima, o homem também percebeu que era dotado de paixões como a “ansiedade e o medo”, e se viu diante das primeiras dificuldades do mundo da razão, pois, “[...] já lhe era impossível sair do custoso estado de liberdade experimentado e retornar à condição de servo (sob o domínio do instinto)” (KANT, 2009, p. 159). Um exemplo emblemático dessa impossibilidade de retorno ao estado inicial de rudeza é o controle que a razão exerceu sobre o instinto sexual: “a folha de figueira (v. 7) foi, portanto, o resultado de uma manifestação da razão mais importante do que todas as outras por ela realizadas na primeira etapa de seu desenvolvimento” (KANT, 2009, p. 159). A razão mostrou como o homem pode criar artifícios necessários para suas ações além dos instintos, como poderia conviver de forma sociável com os outros, como poderia ser moralmente educado e coordenar melhor a sua curiosidade e ambição e ajudá-lo a projetar o futuro.

A leitura kantiana do texto bíblico mostra como as dificuldades inerentes à vida humana são produzidas por uma astúcia da natureza para que o homem pudesse transformar e objetivar a natureza em vista de seu desenvolvimento. Deste modo, a filosofia kantiana da história representa a conciliação entre os dois argumentos da Terceira Antinomia da razão (KANT, 1994), porque o homem é um ser da natureza, mas as suas ações são reguladas por um princípio universal de liberdade, que representa um “princípio prático supremo”, representado pelo imperativo prático da humanidade: “Age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio” (KANT, 1995, p. 66). Tomar o outro como meio para a realização de um objetivo pessoal é uma ação que contrasta com a disposição que há em cada homem para

a emancipação moral. Todas as ações de um homem devem ser realizadas em vista da elevação de sua condição rude a uma forma de sociabilidade cada vez mais elaborada e fundada na razão.

A percepção de poder agir para além dos instintos criou, para o homem, as condições para o estabelecimento de uma sociedade de igualdade com seus semelhantes. Aquele homem rude adquiriu, devido à percepção da razão, a consciência dos seus medos e pôde projetar seu futuro em vista da preservação de sua espécie. Eis o motivo pelo qual Kant insiste em que se deve olhar, nesta questão do progresso, para a espécie e não para o indivíduo em particular. A espécie está destinada a progredir “[...] em direção à perfeição, por mais defeituosas que possam ter saído as sucessivas tentativas dos primeiros membros dessa longa série em alcançar aquela meta” (KANT, 2009, p. 161). Cada novo período da história exige que o processo de emancipação seja repensado e, quando necessário, recriado de acordo com o contexto apresentado. Enquanto o homem é mortal, porque tem um período de vida limitado, a espécie é imortal, porque se renova a cada nova geração. Essa sucessão de gerações, que Kant considera como imortalidade da espécie humana, é uma evidência da astúcia da natureza, que só pode ser percebida levando-se em conta a totalidade do processo histórico.

Se compararmos o estágio inicial da espécie humana, narrado na Bíblia, com os avanços tecnológicos, econômicos, sociais e jurídicos, para citar alguns exemplos, é que podemos perceber que a espécie humana está em constante progresso⁵. A narração da história humana, segundo o livro do *Gênesis*, guarda o sentido do progresso moral da humanidade, que não é evidente como o progresso técnico e científico. Nesse sentido, a interpretação que Kant faz do mito judaico-cristão da origem da história humana é desprovida de transcendência e objetiva evidenciar a astúcia da natureza:

Nessa perspectiva, pode-se também conciliar as tão freqüentemente mal interpretadas considerações do famoso *J. J. Rousseau*, as quais parecem contradizer a si mesmas e a razão. Em seus escritos sobre *Influência das ciências* e sobre *Desigualdade dos homens* ele mostra de uma maneira muito correta o conflito inevitável da cultura com a natureza do gênero humano, como uma espécie *física* em que cada indivíduo deveria alcançar completamente sua determinação. No entanto, no *Emílio*, no *Contrato social* e noutros escritos, Rousseau procura novamente resolver o difícil problema, a

⁵ A esse respeito é importante observar que a natureza já não é mais algo além do controle humano. Hoje, existe uma possibilidade real, através de uma possível “eugenia liberal”, de tornar disponível o que até então é (era) naturalmente indisponível: a vida humana. A natureza humana já não é indisponível ao controle humano, como narram as Sagradas Escrituras. Jürgen Habermas (2004, p. 108), se refere a essa questão da seguinte forma: [...] “É assim que nomeio uma prática que deixa ao parecer dos países a possibilidade de intervir no genoma do óvulo fecundado. Isso não significa uma intervenção nas liberdades que competem moralmente a toda pessoa nascida, tenha sido ela gerada de forma natural ou programada de modo genético. Todavia, essa prática afeta um pressuposto natural da consciência da pessoa por ela atingida de poder agir de maneira autônoma e responsável”.

saber, de que forma a cultura precisa progredir para que ela desenvolva as disposições pertencentes à determinação da humanidade como uma espécie *moral*, de maneira que não conflite mais com aquela, enquanto espécie natural (KANT, 2009, p. 162).

A história narrada no livro do Gênesis dá a Kant a compreensão da discórdia como meio de garantia do progresso. Por meio da discórdia os homens vão se dividir em pelo menos dois grupos: aqueles que vão preferir construir os meios de subsistência em um único lugar, dando origem as comunidades e cidades de uma maneira geral, enquanto outros vão preferir sobreviver explorando os mais diversos lugares. Dessas duas perspectivas de sobrevivência se originarão as guerras, as diferentes culturas, artes e formas de convivência mútua. A tensão entre esses primeiros homens aos poucos canalizará seus esforços para o aperfeiçoamento das regras de convivência, o que lhes garantirá a posse dos bens resultantes de seu trabalho e aos poucos as comunidades começam a surgir em diferentes cantos da Terra e as regras de convivência avançam a tal ponto que as pessoas começam a apresentar desejos mais refinados. Esse novo contexto, embora paradoxal, criará diferenças importantes, no entender de Kant, entre as pessoas:

[...] o despotismo de poderosos tiranos misturou-se com todos os fardos de um estado de rudeza, onde a cultura ainda não havia iniciado e a opulência desalmada produziu a escravidão mais abjeta; e, por outro lado, o gênero humano se desviou irresistivelmente do progresso que a natureza lhe havia traçado, a saber, o cultivo de suas disposições para o que é o bom; e, ao gozar de maneira animal e a servir de modo escravo, a espécie humana tornou-se indigna de sua existência como uma espécie destinada a dominar sobre a terra (v. 17) (KANT, 2009, p. 164).

A discórdia, portanto, é uma astúcia da natureza, por meio da qual o homem toma consciência da sua responsabilidade com sua espécie. Se parece um absurdo que a guerra tenha uma função positiva no progresso moral da humanidade, Kant responde levantando a seguinte questão:

Contudo, pode-se perguntar o seguinte: poder-se-ia encontrar essa cultura, a estreita ligação das classes da comunidade para a promoção recíproca do seu bem estar, ou o grau de liberdade que ainda resta à população, embora sob leis bastante delimitadas, se aquela guerra sempre terrível não arrancasse dos chefes de estado o *respeito para a humanidade*? (KANT, 2009, p. 164, 5).

O sofrimento que um indivíduo experimenta durante a vida não é, segundo a interpretação de Kant, uma “injustiça” da providência divina, mas um aspecto da “astúcia” da

natureza que sabiamente busca a preservação da espécie. Portanto, por mais que ecoe no interior do homem certa nostalgia do seu período de rudeza, não há como retroceder em seu progresso, porque a história humana não se desenvolve do “bom para o mau, mas se desenvolve gradualmente do pior para o melhor; e cada indivíduo é chamado pela natureza a participar daquele progresso, tanto quanto está em suas forças.” (KANT, 2009, p. 166). A hipótese de Kant é, portanto, que não há uma mão oculta que governa a vida dos homens, mas uma astúcia da natureza que precisa ser compreendida de um ponto de vista racional:

Com efeito, lidamos com seres que agem livremente, aos quais se pode, porventura, *ditar* de antemão o que *devem* fazer, mas não *predizer* o que *farão* e que, do sentimento dos males que a si próprios infligiram, sabem tirar, quando tal piora, um móbil reforçado para fazer ainda melhor do que se encontrava antes daquela situação (KANT, 1993, p. 99).

A história da humanidade é bastante complexa para ser presumida facilmente, de maneira que na mais primitiva tribo da qual se tem notícias é possível observar um ordenamento social e, no mesmo sentido, o mais avançado ordenamento jurídico encontra-se bem distante de uma sociedade civil perfeita (KANT, 1992a[4]) ou de uma de uma comunidade ética (KANT, 1992b).

A astúcia da natureza

A história humana tem apresentado contextos de desesperanças, porque a livre a vontade dos homens parece levar cada um para um caminho diferente. Kant, no entanto, julga possível encontrar uma regularidade no curso da história humana por meio da hipótese de que cada homem, ao buscar suas realizações pessoais, sem perceber realiza o propósito da astúcia da natureza, que é o constante progresso da espécie. Mas a compreensão dessa regularidade demanda “[...] encontrar um fio condutor para tal história” e “[...] em seguida, deixar ao cuidado da natureza a produção do homem / que esteja em condições de a conceber” (KANT, 1992a(2), p. 22, 3).

O aparecimento da razão na vida do homem trouxe à tona todas as características da sua natureza: a consciência do medo, a raiva, a inveja, o ciúme, a necessidade de acumular riquezas⁶. Todas essas paixões evidenciam outro aspecto da astúcia da natureza: a dependência

⁶ A insociabilidade humana, a qual Kant se refere, pode ser entendida como efeito da disposição humana para o conflito, segundo a famosa descrição que Hobbes apresenta no *Leviatã*: “[...] os homens não tiram prazer algum

da convivência em sociedade (KANT, 1992a[2]), porque o outro é um contraponto imprescindível. A insociabilidade tem a função de não permitir que os homens vivam como ovelhas, mas como lobos, porque só através do conflito podem realizar o fim de uma espécie racional. Por meio da insociabilidade, a astúcia da natureza estabelece para a espécie o seu maior problema a resolver: “[...] a consecução de uma sociedade civil que administre o direito em geral” (KANT, 1992a[2], p. 27). Na busca da constituição desta forma de sociedade, os homens perceberão que são, mais do que imaginavam, dependentes uns dos outros: “toda cultura e toda arte, que ornamentam a humanidade, e a mais bela ordem social são frutos da insociabilidade que por si mesma é forçada a disciplinar-se e, deste modo, a desenvolver por completo, mediante uma arte forçada, os germes da Natureza” (KANT, 1992a[2], p. 28).

Portanto, uma tarefa que a princípio parece simples, logo se mostra como um problema muito grande a ser resolvido pelos indivíduos, pois como é possível que um indivíduo que precisa de um senhor, de um controle externo, seja senhor de outros homens? A escolha será sempre muito difícil e dependerá do aperfeiçoamento das leis.

A constituição civil compreende uma extensão da insociabilidade humana em âmbito global. Culturas diferentes apresentam visões diferentes sobre ordenamento jurídicos e organização social:

[...] sair do estado sem leis dos selvagens e ingressar numa liga de povos, onde cada Estado, inclusive o mais pequeno, poderia aguardar a sua segurança e o seu direito, não do seu próprio poder ou da própria decisão jurídica, mas apenas dessa grande federação de nações (*Foedus Amphictyonum*), de uma potência unificada e da decisão segundo leis da vontade unida” (KANT, 1992a[2], p. 30).

Por essa perspectiva, os conflitos guardam o fio condutor que fundamentam a interpretação kantiana da história:

Portanto, o que o estado selvagem sem finalidade fez, a saber, reprimir todas as disposições naturais da nossa espécie, mas que por fim, em virtude dos males que lhe trouxe, a forçou a sair de tal estado e a ingressar numa constituição civil, na qual se pudessem desenvolver todos aqueles germes, também o efetua a liberdade bárbara dos Estados já fundados, [...] por

da companhia uns dos outros (e sim, pelo contrário, um enorme desprazer), quando não existe um poder capaz de manter a todos em respeito. Porque cada um pretende que seu companheiro lhe atribua o mesmo valor que ele se atribui a si próprio e, na presença de todos os sinais de desprezo ou de subestimação, naturalmente se esforça, na medida em que a tal se atreva (o que, entre os que não têm um poder comum capaz de os submeter a todos, vai suficientemente longe para levá-los a destruir-se uns aos outros), por arrancar de seus contendores a atribuição de maior valor, causando-lhes dano, e dos outros também, através do exemplo” (HOBBES, 1979, p 75).

consequente, a introduzir um estado civil mundial de pública segurança estatal, que não é desprovido de *perigos*, a fim de as forças da humanidade não dormitarem, mas que também não existe sem um princípio da *igualdade* das suas recíprocas *ações e reações*, a fim de não se destruírem entre si. Antes de ocorrer este último passo (a saber, a liga dos Estados), portanto, quase só a meio da sua formação, a natureza humana padece os piores males sob a aparência enganosa do bem-estar exterior; e *Rousseau* não estava enganado ao preferir o estado dos selvagens, se se deixar de lado o último estágio que a nossa espécie tem ainda de subir. Estamos *cultivados* em alto grau pela arte e pela ciência. Somos *civilizados* até o excesso, em toda a classe de maneiras e na respeitabilidade sociais. Mas falta ainda muito para nos considerarmos *moralizados*” (KANT, 1992a[2], p. 32).

A época em que Kant viveu, como em qualquer outra, “a natureza humana padece os piores males sob a aparência enganosa do bem-estar exterior” (KANT, 1992a[2], p. 32). Essa constatação não abalou seu interesse na ideia de progresso da humanidade. Sua época vivenciou os mesmos obstáculos que qualquer outra na busca do esclarecimento. A história humana precisa ser compreendida para além do indivíduo em particular:

Pode considerar-se a história humana no seu conjunto como a execução de um plano oculto da Natureza, a fim de levar a cabo uma constituição estatal interiormente perfeita e, com este fim, também perfeita externamente, como o único estado em que aquela pode desenvolver integralmente todas as suas disposições na humanidade (KANT, 1992a[2], p. 33).

Não é possível prever quando essa sociedade global se realizará, porque não é resultado de uma imposição de um governo, mas de uma decisão de cada um de tomar o semelhante como fim, em todas as suas ações. Eis porque até mesmo os piores conflitos são importantes, na medida em que os progressos técnicos científicos levam as guerras a um nível tão grande de destruição que as tornam intoleráveis⁷. Portanto, esse esclarecimento, que proporciona o constante progresso, não é uma quimera, mas o resultado de um governo republicano e esclarecido, o que “[...] alenta a esperança de que, após muitas revoluções transformadoras, virá pôr fim a realizar-se o que a Natureza apresenta como propósito supremo: um estado de *cidadania mundial* originárias do gênero humano” (KANT, 1992a[2], p. 35).

Mas, a questão que a conjuntura política coloca ao homem mais de duzentos anos depois da época em que Kant viveu é a seguinte: a guerra ainda pode ser um meio para se alcançar o direito, dado o poder bélico ofensivo das nações? Kant não propõe um romance sobre a história

⁷ A esse respeito, Norberto Bobbio (2009) chama a atenção para o fato de que uma interpretação contemporânea da filosofia da história, de Kant, precisa levar em consideração que o avanço bélico alcançado por algumas nações, hoje, pode fazer com que a guerra não seja mais um meio adequado ao estabelecimento do direito, mas o meio para o extermínio da humanidade.

da espécie humana, mas, em meio a todos os tipos de conflitos, ele percebeu que a constância desses conflitos tem o sentido de estimular o progresso. Desse ponto de vista, quando a situação de conflito parece não fazer sentido algum, ela oferece a oportunidade do aperfeiçoamento das leis. Os homens não se unem por meio de contratos sem uma finalidade racional, mas pela garantia dos fins comuns. Há uma sucessão de momentos da história humana, como valores culturais, criação de novos direitos e regimes políticos se sucedem a cada tempo, que demonstram uma regularidade nas constantes mudanças. Não se trata de uma eugenia, mas de um avanço político operado pela espécie humana. Resquícios do Iluminismo, que:

[...] descobrir-se-á, creio eu, um fio condutor, que não só pode servir para a explicação do jogo tão emaranhado das coisas humanas, ou para a arte política de predição de futuras mudanças políticas (utilidade que já se tirou da história dos homens, apesar de ela se ter considerado como resultado desconexo de uma liberdade sem regras!), mas também (o que não pode esperar com fundamento, sem pressupor um plano da Natureza) se pode abrir uma vista consoladora do futuro, na qual o gênero humano se representa ao longe como atingindo finalmente o estado em que todos os germes, que / a Natureza nele pôs, se podem desenvolver plenamente e o seu destino cumprir-se aqui na Terra” (KANT, 1992a[2], p. 36, 7).

Esta passagem deixa claro que Kant não exclui a história (*Historie*) propriamente dita, a qual se refere à sucessão dos fatos e seus registros, mas seu propósito é a reflexão da história do mundo (*Weltgeschichte*), *a priori*, isto é, enquanto história racional, que precisa narrar o processo de emancipação do homem a partir do seu rompimento com a menoridade e a consequente entrada na maioridade.

À guisa de conclusão: a sobrevivência do progresso moral da humanidade

As guerras sempre aconteceram e certamente ocorrerão por muito tempo e Kant viu nela a possibilidade de um meio de construção do direito. Mas duzentos anos após a morte de Kant, a guerra tornou-se um evento intolerável, porque sua capacidade de destruição alcançou proporções que podem dizimar a espécie humana de uma vez por todas. Pessoas matam umas às outras de forma cada vez mais cruel e também mais requintada. As atrocidades cometidas contra a espécie humana desde o último século foram suficientes para muita gente desacreditar em qualquer possibilidade de progresso do ser humano. Mas, a nosso ver, a esperança de Kant sobre o progresso da humanidade não teve seu valor reduzido, em vista da situação contemporânea. O pensamento político de Kant não abre mão da possibilidade de olhar para o

todo, do lugar de onde superar essas particularidades e renovar a esperança no progresso moral da humanidade a todo instante. Que a filosofia de Kant, como um todo, se refere a uma emancipação da espécie humana, é algo de que estamos convencidos, e que pode ser lido em suas próprias palavras: “[...] os planetas, vistos da Terra, ora recuam, ora se detêm, ora avançam. Mas se o ponto de vista se tiver a partir do Sol, o que só a razão consegue fazer, eles prosseguem constantemente no seu curso regular, de acordo com a hipótese copernicana” (KANT, 1993, p. 99, 100). Portanto, parece plausível deduzir dessa afirmação de Kant, que só através da razão é possível enxergar a regularidade das ações humanas.

Na questão do progresso moral da humanidade não é fácil colocar-se do ponto de vista da razão, porque o objeto de estudo são pessoas livres e racionais, que a todo momento podem decidir fazer o que desejam, inclusive não fazer nada. Torna-se mais fácil e cômodo tomar as atrocidades humanas como único fim possível da espécie humana. Mas esta é uma observação feita a partir de uma análise do particular que é projetada para o âmbito universal, como tentativa de responder às questões cruciais colocadas por nosso tempo, às quais a filosofia de Kant responde: “De fato, seria o ponto de vista da *Providência*, que está para além de toda a sabedoria humana e que também se estende às ações *livres* do homem, que por este podem decerto ser *vistas*, mas não *previstas* com certeza (para o olho divino, não há aqui diferença alguma)” (KANT, 1993, p. 100).

Há no homem o bem e o mal em igual medida, o que impossibilita qualquer predição sobre sua história (KANT, 1992b). Isso mostra também como a reflexão de Kant não é determinista, sendo necessário um evento que mostre haver no ser humano uma disposição para o melhor, “[...] mas a partir de uma causa dada não se pode predizer um acontecimento como efeito, quando se produzem as circunstâncias que nele colaboram” (KANT, 1993, p. 100). A Revolução, nesse sentido, representou para Kant um exemplo de que há no homem uma disposição moral para o melhor, que o impulsiona a buscar ao progresso para o melhor. Eis o motivo pelo qual o progresso moral da humanidade é uma ideia da razão, um princípio racional, que deve nortear os eventos que são concretos e realizáveis, como se fossem efeitos originados dessa ideia. O progresso é um objeto possível de ser pensado. Mais uma vez, a hipótese kantiana é racional, porque tem clareza da impossibilidade de fazer uma afirmação com base em observações particulares. Sua hipótese não determina o tempo exato do triunfo do progresso moral da humanidade, mas procura evidenciar como o homem, agindo através de seu livre arbítrio, não deixa de se orientar pelo princípio da moralidade pelo melhor. O progresso da humanidade se desenvolve como uma escolha livre dos homens, enquanto seres ligados à

natureza. O progresso é, portanto uma realidade que se torna possível pela ideia de liberdade:

Importa, pois indagar um acontecimento que aponte, de modo indeterminado quanto ao tempo, para a existência de semelhante causa e também para o ato da sua causalidade no gênero humano, e que permita inferir a progressão para o melhor, como consequência inelutável, inferência que, em seguida, se poderia estender à história do tempo passado (de que se esteve sempre em progresso); porém, de maneira que aquele acontecimento não se deva olhar como a sua causa, mas somente como indicativo, como *senal histórico* (*signum rememorativum, demonstrativum, prognosticon*), e poderia, por isso, demonstrar a *tendência* do gênero humano, olhada no seu *todo*, i.e., não segundo os indivíduos (pois tal proporcionaria uma enumeração e uma contagem intermináveis), mas quanto ao modo como na Terra se encontram divididos em povos e Estados (KANT, 1993, p. 101).

A Revolução Francesa é o evento no qual Kant encontra a inspiração para afirmar que a humanidade está em constante progresso para o melhor, o qual denomina de progresso moral. A revolução parece ter sido, para Kant, o grande exemplo de emancipação humana, não tanto pelas consequências do evento, mas principalmente pelo significado moral causado nos espectadores justamente porque o que se podia ver em seus atores é o mesmo que se pode observar em qualquer outra pessoa em qualquer outra época da história humana. Nesse sentido, a Revolução representou o “[...] caráter do gênero humano no seu conjunto e, ao mesmo tempo (por causa do desinteresse), um seu caráter moral, pelo menos, na disposição, caráter que não só permite esperar a progressão para o melhor, mas até constitui já tal progressão [...]” (KANT, 1993, p. 102). O interesse de Kant não estava no possível sucesso da Revolução, porque a desobediência civil pode ocasionar misérias e atrocidades de todos os tipos, mas “[...] nos ânimos de todos os espectadores (que não se encontram enredados neste jogo), com uma *participação* segundo o desejo, na fronteira do entusiasmo, e cuja manifestação estava, inclusive ligada ao perigo, que, por conseguinte, não pode ter nenhuma outra causa a não ser uma disposição moral no gênero humano” (KANT, 1993, p. 102).

O que Kant identifica como causa moral no gênero humano tem duas significações: (i) cada povo tem o direito natural de estabelecer para si mesmo a constituição que julgar melhor, e nenhum outro povo pode impedi-lo de realizar esse fim; e (ii) segundo, o estabelecimento dessa constituição em conformidade com os desejos de cada membro do Estado não deve ser realizado por interesse calculista, mas por dever moral. E para Kant, só a constituição republicana pode representar esse fim moral, porque é uma ideia da razão e cumpre os requisitos de uma sociedade civil em que todos são livres. Essa disposição revela em cada homem a “[...] aspirar a uma constituição que não pode ser belicosa, a saber, a constituição republicana [...]”

(KANT, 1993, p. 104, 5).

De fato, a Revolução francesa teve, e talvez tenha até hoje, consequências funestas, mas trata-se de um evento emblemático para a história humana, porque revela que a natureza humana tem uma disposição natural para a liberdade. Se os objetivos intentados pelos revolucionários não foram realizados ao longo da posteridade, o valor da análise filosófica kantiana sobre o sentido da história humana não estará comprometido, porque a finalidade buscada não é material, mas moral e pode ser pensada em cada ação realizada por cada sujeito em vista de estabelecer a sociedade republicana e usufruir de todos os benefícios que ela pode proporcionar. Nesse sentido, Kant pode defender a seguinte hipótese:

[...] o gênero humano progrediu sempre para o melhor e assim continuará a progredir no futuro – tal [ocorrência], se não se olhar apenas para o que pode acontecer num povo qualquer, mas também para a sua difusão em todos os povos da Terra, abre a perspectiva para um tempo interminável, contanto que não tenha lugar, após a primeira época de uma revolução natural que (segundo Camper e Blumenbach) sepultou, ainda antes de haver homens, apenas o reino animal e vegetal, uma segunda revolução que assim lida igualmente com a espécie humana a fim de deixar que outras criaturas entrem em cena [...] (KANT, 1993, p. 106).

Do exposto até este momento do trabalho, podemos concluir que o progresso moral só se percebe na espécie humana. Que um único homem em particular progrida e outro se recuse a fazer o mesmo em nada afeta a análise filosófica, proposta por Kant, da história humana, a qual só interessa ver a humanidade como um todo moral. Que homens continuem, em pleno século XXI, sendo torturados é uma realidade que, apesar de nos causar espanto, está em “consonância”, segundo a filosofia da história de Kant, com a natureza humana daqueles que se recusam a avançar no sentido de uma emancipação moral. É inegável, para Kant, que haja um progresso, um avanço jurídico imprescindível nas relações humanas, que cada vez mais confirma o homem como o principal fim da natureza e cada vez mais assegura a emancipação humana. O progresso moral da humanidade é o conhecimento, aceitação e efetivação, por parte do povo, da justiça social que deve reinar em qualquer sociedade. Nesse sentido, Kant defende que “a *ilustração do povo* é a sua instrução pública acerca dos seus deveres e direitos no tocante ao Estado a que pertence” (KANT, 1993, p. 106). Não deve haver intermediários nesse esclarecimento, cabendo aos sujeitos conhecer as leis que devem perseguir e defender.

O conhecimento das leis da cidade pode ser a base, a nosso ver, para o progresso e para a emancipação de um povo e, em âmbito universal, de todos os povos, “por isso, a *interdição* da publicidade impede o progresso de um povo para o melhor, mesmo no que concerne à menor

das suas exigências, a saber, o seu simples direito natural” (KANT, 1993, p. 107). A natureza da constituição republicana recai sobre o povo que a ela está subordinado. Essa constituição foi decidida pelo povo. Mas pode ser decidida por um rei, de maneira que as leis representem os interesses do povo, isto é, como se o povo mesmo tivesse decidido. Dessa forma, a constituição republicana está em consonância com o direito natural do povo, a vida e a liberdade, de onde se originam todos os outros direitos.

Para Kant, a república é uma ideia da razão, ou seja, “[...] o Estado que, concebido em conformidade com ele, graças a puros conceitos racionais, se chama um *ideal* platônico (*respublica noumenon*), não é uma quimera vazia, mas a norma eterna para toda a constituição civil em geral, e afasta toda a guerra” (KANT, 1993, p. 108). Esta forma de Estado só pode ser realizada na experiência após muitas tentativas e guerras. Mas deve-se ter bem claro que a guerra, nesse contexto, constitui apenas um meio para a construção do direito e não o fim último das ações humanas. A aposta de Kant é a de que estabelecida a República, ela seja capaz de afastar de maneira definitiva a guerra. Portanto, a conquista da constituição republicana é um preço alto a pagar, mas é o preço que a emancipação exige, conforme pode ser lido em outro trecho d’*O Conflito das Faculdades* (KANT, 1993, p. 109):

[...] é dever nela ingressar; mas provisoriamente (porque aquele não ocorrerá tão cedo) é dever dos monarcas, embora reinem *autocraticamente*, governar, no entanto, de modo *republicano* (não democrático), i.e., tratar o povo segundo princípios conformes ao espírito das leis de liberdade (como um povo de matura razão a si mesmo as prescreveria), se bem que quanto à letra não seja consultado acerca da sua aquiescência.

A maneira pela qual se pode perceber o progresso moral da humanidade não é o aumento de moralidade entre as pessoas, mas o aperfeiçoamento de suas leis que consolidam os espaços de liberdade de cada um. O fundamento dessa conjectura não deve ser as causas empíricas que já ocorreram e continuam a ocorrer, mas o conceito de dever moral, que é *a priori*. Kant rejeitou a democracia (1992a[4]), por acreditar que se tratava de uma forma de despotismo, mas em nosso tempo o modelo democrático parece ser o regime de governo mais adequado para cumprir a conjectura kantiana sobre o progresso moral da humanidade. A conjectura kantiana sobre a República internacional refere-se a uma ideia e a sua realização não se dá por uma imposição política, mas por uma astúcia da natureza que age através do livre arbítrio dos sujeitos. Essa astúcia pode ser realizada pelo esclarecimento primeiramente dos governantes que, olhando para a história de seu povo, muitas vezes formada por inúmeras guerras, podem estabelecer a

constituição republicana sem precisar estabelecer outra guerra. Embora entusiasmado com a Revolução Francesa, Kant não a recomendava como modelo de emancipação da humanidade. Ao seu ver, a ordem em que se deve dar o progresso não é “[...] de *baixo para cima*, mas de *cima para baixo*” (KANT, 1993, p. 110).

Na época em que escreve sua conjectura sobre o progresso da humanidade, Kant não vê possibilidade de esperar que apenas as novas gerações devam estabelecer os caminhos do progresso moral. Essas gerações deveriam, para isso, ser educadas pela geração que as criou, ou seja, cada geração precisa fazer o seu trabalho, o que mostra que a esperança no progresso da humanidade não fracassou. Por isso, a iniciativa do estabelecimento da república deve partir do governo estabelecido pensando sempre nas leis que representem os interesses públicos, como se essas tivessem sido escolhidas por cada sujeito que compõe o Estado. Vale lembrar que o progresso ao qual Kant se refere é uma possibilidade racional e não uma necessidade empírica.

Referências

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BOBBIO, Norberto. **O terceiro ausente**: ensaios e discursos sobre a paz e a guerra. Trad. Daniela Versiani. Barueri, SP: Manole, 2009.

DE QUINCEY, Thomas. **Os últimos dias de Immanuel Kant**. Trad. Heloisa Jahn. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

HABERMAS, J. **O futuro da natureza humana**: a caminho de uma eugenia liberal? Trad. Karina Janine. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HOBBS, Thomas. **Leviatã** ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. 2ª ed. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1979, Col. Os pensadores.

KANT, I. A paz perpétua. In. KANT, I. **A Paz Perpétua e outros opúsculos**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Ed. 70, 1992a(4).

_____. **Crítica da Razão Pura**. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

_____. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Trad. Paulo Quintela. Porto: Porto Editora, 1995.

_____. Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita. In. KANT, I. **A Paz Perpétua e outros opúsculos**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Ed. 70, 1992a(2).

_____. **Início conjectural da história humana**. Trad. Joel Thiago Klein. Florianópolis v. 8, n. 1 p. 157-168 Jun 2009.

_____. **O conflito das faculdades**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1993.

_____. **Religião nos limites da simples razão.** Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1992b.

LACROIX, Jean. **Kant e o kantismo.** Trad. Maria Manuel Cardoso. Porto-PT: Rés, 1989.

LYOTARD, J-F. **A condição pós-moderna.** 7ª ed. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

MARQUARD, Odo. **Las dificultades con la filosofía de la historia** ensayos. Trad. Enrique Ocaña. Valencia: Ed. Pre-Textos. 2007.

VOLTAIRE. **A filosofia da história.** Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2007.